

Fortalecer as greves e mobilizações



Ato unificado em São Paulo



Greve no Incra

ESTAMOS EM GREVE

SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO
SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

161

JUL/AGO 2015

FILIADO À



E À **CONDSEF**

EDITORIAL

- Os Cavalos de Tróia da Crise

Pág. 02

GIRO NOS ÓRGÃOS

- INCRA ■ MTE
FUNAI ■ IPEN ■ IBAMA

Págs. 06-07

ATIVIDADES

- 25/7 - Mulher Negra
30/7- Reunião do Espaço Unida-
de de Ação ■ Dica Cultural

Pág. 08



Os Cavalos de Tróia da Crise

O Cavalo de Troia foi um artifício utilizado pelos gregos durante a milenar guerra de Troia para vencer seus inimigos. Depois de nove anos de cerco, as tropas gregas estavam exaustas por não conseguirem penetrar na inexpugnável cidade, cercada por altas muralhas. Os gregos deram trégua aos troianos lhes oferecendo um presente: um enorme cavalo de madeira. Os troianos receberam o presente dos seus inimigos e festejaram diante dele, se embriagando durante toda a noite. O que os troianos não sabiam é que no interior do cavalo, se escondiam os mais habilidosos soldados, que saindo de madrugada do seu interior, massacraram os guardas que dormiam e abriram os portões da cidade para que o restante da tropa a invadisse.

A ironia da história coloca agora contra o povo grego um novo cavalo de Tróia. Houve um intenso processo de lutas, em que, como mostra o encarte especial sobre a crise econômica, o povo grego, através de suas organizações, construiu inúmeras greves gerais, procurando derrotar as políticas de austeridade, impostas pela Troika e executadas tanto pela direita liberal, do Partido Nova Democracia, como pelos sociais-democratas do Pasok. O povo votou maciçamente no partido Syriza, uma frente política que reunia dezenas de organizações de esquerda. A eleição desse partido, tal como o cavalo de madeira do passado, parecia aos olhos do povo a trégua tão desejada à guerra imposta pelos banqueiros a todos os trabalhadores daquele país. Mas, qual não foi a surpresa do povo ao ver aquele partido aplicar a mesmíssima política de austeridade. A estupefação popular foi completa quando o Syriza após o plebiscito em que a maioria da população disse não a sangria econômica efetuada pelos financistas, ignorou a vontade das

urnas e colocou em prática um novo e mais profundo pacote de austeridade.

Da mesma forma no Brasil, o Partido dos Trabalhadores, eleito com o voto de grande parte dos servidores públicos, logo que chegou ao poder, procurando deixar calmos os mercados financeiros, rifou as aposentadorias desses mesmos servidores, na famigerada reforma da previdência, paga com o dinheiro sujo do mensalão. Por outro lado, beneficiados pela conjuntura econômica, o PT pôde realizar com maestria a política de conciliação de classes, distribuindo recursos do estado para suas políticas sociais, mas doando bilhões aos barões da indústria, através das renúncias fiscais e aos sanguessugas da construção civil, pela corrupção, que, se não nasceu com o governo petista, se aprofundou com ele, como agora revela a Operação Lava-Jato.

Já com a crise batendo à porta de seu governo, Dilma, durante a eleição, fez uma campanha baseada na denúncia de seus inimigos, dizendo que estes fariam uma política de ajuste que levaria a já combalida economia a uma séria recessão. Parte da classe trabalhadora, temendo pelo seu destino, voltou a dar seu voto de confiança ao PT. Qual não foi a surpresa dos trabalhadores, quando mal acabada a apuração, viu o governo avançar sobre o seguro desemprego e as pensões. O cinismo foi tamanho que, depois de acusar o alinhamento de Marina e Aécio ao mercado financeiro, a presidenta coloca no banco central, o mais alto graduado funcionário do Bradesco, para fazer uso das mesmas políticas que ela dissera que seus adversários aplicariam.

Para nós servidores, essas políticas de austeridade já se manifestam pelo arrocho salarial que corroeu nossos vencimentos nos últimos anos. E pela oferta do Ministério do Planejamento que aprofunda esse arrocho, oferecen-



Foto: filosofiadistancia.com.br

do um aumento vergonhoso de 21,3% parcelado em quatro anos, o que não cobre as perdas que tivemos e que ameaça desaparecer diante de um cenário de alta da inflação. Além disso, amordaça toda a categoria, que em troca dessa verdadeira merreca, deve abrir mão de seu direito de lutar. Devemos ficar atentos, pois as famigeradas gratificações por desempenho são a próxima fronteira em que o governo poderá avançar, já que com os cortes praticados e ampliados por Dilma, em

vários órgãos públicos, as metas institucionais serão quase impossíveis de serem alcançadas.

Por isso, o Sindsef-SP, conclama todos os servidores públicos a construir a greve geral para derrotar esse governo, porque para além dos cavalos de Tróia, também estão aí os cantos de sereia que tentam nos iludir. Não interessa aos servidores públicos uma saída da crise que não passe pela mobilização e luta dos próprios trabalhadores em defesa de seus direitos.

PRESTAÇÃO DE CONTAS - 2015

JUNHO

SALDO INICIAL	R\$ 245.367,89
TOTAL DAS RECEITAS (Consignações dos filiados, aplicação da poupança etc.)	R\$ 198.803,29
DESPESAS	
ADMINISTRATIVO (Aluguel da sede central e do núcleo de Pirassununga, custas processuais, manutenção da sede, copa e limpeza, material de escritório etc.)	R\$ 20.410,52
FUNCIONÁRIOS (FGTS, salários, seguro saúde, INSS, VR, VT, etc.)	R\$ 56.913,53
SINDICAL (Assembleias, palestras, seminários, atos etc.)	R\$ 24.483,92
CONTRATOS / PRESTADORES DE SERVIÇOS (Contabilidade, Jurídico, informática etc.)	R\$ 38.547,90
IMPRENSA (Jornal, boletins, cartazes, faixas, assinatura Folha de São Paulo)	R\$ 10.295,58
CORREIOS (Envio de jornal, impresso especial etc.)	R\$ 3.510,02
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (CONSEF CSP-Conlutas etc.)	R\$ 24.376,65
VEICULO (Seguro, combustível, pedágio, estacionamento etc.)	R\$ 3.695,14
TELEFONES (Celulares e Telefônica)	R\$ 3.889,79
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 186.123,05
RESULTADO RECEITAS (-) DESPESAS	R\$ 12.680,24
SALDO FINAL	R\$ 258.048,13

**FISCALIZE AS CONTAS DO SEU SINDICATO!
ESSE DINHEIRO TAMBÉM É SEU.**

Expediente:

JORNAL DO SINDSEF-SP - Publicação mensal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo - Rua Alvares Penteado, 97 - 6º andar, Centro, São Paulo/SP - CEP: 01012-001
Tel.: (11) 3106-6402 | Site: <http://www.sindsef-sp.org.br> | Facebook: [sindsef-sp](https://www.facebook.com/sindsef-sp) | E-mail: imprensa@sindsef-sp.org.br | Jornalistas responsáveis: Fábica Corrêa (MTB 31270/RJ) / Lara Tapety (MTE 1340/AL)
Coordenou esta edição: Eliana Maciel | Tiragem: 7.000 Exemplares | Projeto Gráfico / Diagramação: Lara Tapety | Impressão: Grafis Soluções Gráficas Ltda.



Fortalecer as greves e mobilizações

As recentes ações do governo com a justificativa de enfrentar a crise mundial vêm jogando nas costas dos trabalhadores o peso de diversos ajustes fiscais, como os cortes no orçamento da ordem de R\$ 90 bilhões.

O setor público é um dos mais atingidos. Os últimos cortes no orçamento têm consequências drásticas para a saúde, educação e outros setores, trazendo redução de serviços justamente para a população que mais necessita deles. Ao mesmo tempo em que faz cortes nos serviços públicos, o governo aumenta a cota orçamentária de pagamento da dívida pública de 43%, em 2014, para 47%, em 2015.

Os salários pagos aos trabalhadores estão diminuindo, seja por conta da corrosão causada pela inflação, seja pelos reajustes menores, seja pelo desemprego, que chegou a 8,1% em maio, ou pela substituição de postos de trabalho por outros com salários menores.

Segundo o Boletim Focus divulgado pelo Banco Central, o ano de 2015 será marcado pela retração na economia e alta na inflação, com índices superiores a 9%. A alta no preço dos alimentos e nas tarifas públicas, como água e luz, são os maiores res-



Foto: Bianca Pedreira

ponsáveis. Somente a conta de luz teve aumentos de até 75% este ano. As perspectivas de crescimento econômico são nulas e a tendência de queda na atividade produtiva segue como cenário mais provável para esse ano.

Mas a conta da crise está sendo paga somente pelos trabalhadores. Os bancos continuam lucrando muito. No 1º trimestre de 2015, o Itaú teve lucro de R\$ 5,7 bilhões, 26,8% maior que no ano passado. Já o Bradesco lucrou R\$ 4,2 bilhões, ou 23,3% a mais

que 2014, enquanto que o Santander lucrou R\$ 684 milhões, ou 32% a mais.

Para agravar a situação, a nova medida provisória (MP 680) editada pelo governo permite aos patrões a redução da jornada de trabalho e dos salários dos trabalhadores. O chamado PPE - Programa de Proteção ao Emprego é um plano de proteção às empresas e não ao trabalhador. O trabalhador, além de perder parte do salário, perderá também parte da contribuição para a Previdência Social e Fundo de Garantia. Além disso, o plano não garante a estabilidade no emprego.

O governo, com o apoio do Congresso Nacional, aprofunda a política de retirada de direitos e vêm apresentando uma série de mudanças estruturais. As medidas provisórias 664 e 665, recentemente transformadas em lei, significam reformas nas leis trabalhistas sem precisar fazer qualquer alteração na constituição. O PL 4330 (aprovado na Câmara) altera completamente as relações de trabalho, estendendo a contratação de empresas terceirizadas para as atividades fins das empresas, hoje proibida. Vai trazer uma drástica redução no nível

de emprego e salários e intensificar a precarização com mais acidentes e mais mortes nos locais de trabalho.

A redução da maioria penal, aprovada na Câmara dos Deputados após um flagrante golpe regimental de Eduardo Cunha (PMDB-RJ), significa encarcerar e criminalizar os jovens das periferias das grandes cidades, negros e pobres em sua maioria, abrindo mais espaço para as polícias militares, corruptas e assassinas, aprofundarem o genocídio sobre os jovens da classe trabalhadora nas favelas e bairros pobres.

O governo reduz os gastos com a folha de pagamento, cortando nos reajustes e nos concursos públicos, praticamente, congelando a administração pública. É neste cenário que os servidores públicos federais deflagram sua Campanha Salarial 2015, que vem sendo construída desde o início do ano. O governo tenta impor o arrocho salarial ao funcionalismo e ainda quer que as entidades o legitimem com um acordo rebaixado com parcelamento em quatro anos. Na verdade, a proposta do Ministério do Planejamento segue a lógica das medidas que o governo petista tem apresentado para conter a crise e manter os privilégios e interesses dos banqueiros, grandes empresários e o agronegócio. Segue a tônica da atual conjuntura em que os patrões tentam reduzir ao máximo os reajustes nas campanhas salariais. Portanto, não há qualquer possibilidade de melhorar a proposta do governo se não for com muita luta. É preciso fortalecer as greves e mobilizações.

A greve do funcionalismo público federal se amplia e espalha-se por vários setores, no marco de um ciclo de muitas lutas da classe trabalhadora em nosso país, seja por resistência contra medidas de retiradas de direitos, seja em campanhas salariais na busca de reposição salarial e melhores condições de trabalho.



Foto: Romério Pontes



Não ao arrocho salarial!

Por avanços concretos nas negociações!

O governo insiste em manter a proposta, já rejeitada pela maioria do funcionalismo, de reajuste de 21,3% parcelado em 4 anos, com a diferença de que concordaria em incluir uma cláusula de revisão para daqui há dois anos, caso a inflação supere as previsões.

A Secretaria de Relações do Trabalho (SRT) do Ministério do Planejamento apresentou verbalmente no dia 20/7 o que seria uma proposta do governo para os benefícios. No caso do auxílio-alimentação, seria levada em conta a correção da inflação apenas deste ano, prevista em 9,13%. Assim, o benefício que está em R\$373 há mais de 3 anos, passaria a R\$458.



Foto extraída do Google

O auxílio-creche, que nos últimos 20 anos nunca sofreu ajuste, teria uma reposição da inflação desse

período (abril de 1995 à dezembro de 2015), um índice de 373%. Este benefício, que difere por região, tem

valores fixados entre R\$66 e R\$95. Já os planos de saúde teriam um reajuste médio de 22,8%, com variação de R\$ 101 à R\$ 205, de acordo com a faixa etária.

Entretanto, utilizando a crise econômica como argumento, a SRT alegou que avanços no debate sobre demandas específicas estariam condicionados a aceitação do índice, que significa uma média de 5% por ano de 2016 a 2019.

“Não há nenhum encontro entre essa proposta e as pautas do Fórum das Entidades Nacionais e isso ficou bem claro na mesa de negociação”, disse Paulo Barela, membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas e representante da Central no Fórum dos SPFs.

Rumo à greve geral do funcionalismo

Sem propostas concretas por parte do governo, professores e técnicos dos institutos e universidades federais, servidores do INSS e categorias do Judiciário estão em greve. Em São Paulo, Incra e MTE entraram com força no movimento paredista e outros setores estão discutindo a adesão.

Segundo o diretor da Fasubra, Gibran Jordão, nas duas últimas reuniões do Fórum dos SPFs foi feita a avaliação de que a greve está num impasse e foi considerada pela ampla maioria das entidades a necessidade de apresentação de uma contra proposta.

Em nota o Andes-SN explica detalhadamente a contra proposta:

“(…) Tendo em vista que, na sequência, o governo reafirmou, nas duas mesas de negociação com o Fórum dos SPF, a sua contraproposta e que as mesas setoriais somente avançariam nas pautas específicas condicionadas à assinatura do acordo, o Fórum elaborou um estudo próprio de contraproposta para avaliação das entidades. Este estudo aponta uma contraproposta de índice de reajuste linear de 19,7% em uma única

parcela para 2016. O cálculo feito levou em consideração a inflação acumulada desde 1º de julho de 2010 até junho de 2015 (data do último índice de inflação real), descontando o reajuste de 15,8% concedido no acordo de 2012, em três parcelas, para algumas entidades dos SPF.”

A preocupação é que a categoria não continue amargando perdas salariais que já foram sentidas no último reajuste de 15,8% concedido ao longo de três anos (2013-2014-2015). Esse percentual, inclusive, já foi descontado pela categoria quando solicitou reajuste de 27,3% para 2016 para repor perdas acumuladas nos últimos anos, com 2% de ganho real.

Demandas específicas do executivo

Em plenária nacional no sábado anterior à reunião com o governo, servidores da base da Condsef, que representa 80% do Executivo (mais de 500 mil), aprovaram greve a partir do dia 27/7.

No dia 21/7, começaram a acontecer reuniões com o governo para apresentar respostas de demandas específicas de diversas categorias. Na reunião com a Condsef deveriam ser debatidos temas como PGPE (Plano Geral de Cargos do Poder Executivo), CPST (Carreira da Previdência, Saúde e Trabalho, incluindo Funasa), PECFAZ (Plano de Cargos dos Administrativos Fazen-

dários), o cálculo de gratificações de desempenho para aposentadoria, além de alguns temas do Termo de Acordo nº 11, assinado em 2012.

Outro ponto que precisa de discussão é a equiparação salarial que tem como base a Lei 12.277/10, que estabeleceu tabela específica para apenas cinco cargos de nível superior. A ideia da Condsef é que a maioria dos servidores do Executivo tenha a equalização salarial baseada nesta tabela.

Mas, infelizmente, o governo só quer avançar nas negociações se o funcionalismo aceitar o arrocho salarial.



Foto: Renata Maffezoli



Dia Nacional de Lutas com paralisações e marcha em Brasília.

No dia 22, diante da intransigência do governo em condicionar avanços na negociação à aceitação de uma proposta de reajuste plurianual, o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasef) promoveu o dia nacional de lutas com paralisação em todo o Brasil e marcha em Brasília.

A ação em nível nacional abriu caminho para uma greve geral no

setor. A marcha, com mais de 5 mil servidores das três esferas, foi encerrada em frente ao Palácio do Planalto onde uma comissão de representantes das 22 entidades que compõem o fórum foi recebida na Secretaria Geral da Presidência da República. A audiência foi mais uma ação por parte do Fórum dos SPF para demonstrar disposição de diálogo com o governo.



Foto: Renata Maffezoli

Fórum divulga nota chamando a intensificação das mobilizações

As entidades sindicais que compõem o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais fizeram um amplo debate com o objetivo de avaliar a reunião de negociação realizada com o Ministério do Planejamento e apontar encaminhamentos no sentido de fortalecer a campanha salarial 2015.

Após um amplo e democrático debate, por unanimidade, as dezenas de entidades presentes reconheceram a importância da unidade construída até o momento e, através dos informes dados na reunião, foi possível constatar que há um intenso processo de mobilização com greves fortes que estão num ascenso, com a possibilidade de mais categorias entrarem em greve até o final de julho.

Foi destacado, também, que embora o governo esteja reafirmando a proposta de índice parcelado em 4 anos, a força das greves e da luta das entidades do fórum envolvidas na

campanha salarial, conseguiu arrancar nessa última reunião uma proposta que envolve reajustes nos benefícios, o que não existia anteriormente.

Foram deliberados os seguintes encaminhamentos:

- Rejeição do índice de 21,3% parcelado em 4 anos.
- Efetividade nas negociações das pautas específicas, que não podem estar condicionadas ao aceite do pacote que envolve o índice parcelado em 4 anos como quer o governo.
- Melhorar os reajustes dos benefícios com o objetivo de equiparar os valores com os trabalhadores dos três poderes.
- Negociação efetiva em relação a política de negociação salarial permanente e data base.
- Participação da marcha dos SPF no dia 06 de agosto.
- Reafirmar na mesa de negociação a pauta aprovada no início do ano pelo Fórum em reunião ampliada da campanha salarial 2015.

Servidores ocupam à Av. Paulista



Foto: Fábila Corrêa

Na quarta-feira, 29/07, o ato unificado do funcionalismo público reuniu servidores do Incra, MTE, Procuradoria da Fazenda, SPU, IPEN, Ex-LBA, INSS, Saúde, Judiciário, Professores, Técnicos e estudantes das instituições de ensino superior, entre outros.

Os ativistas se concentraram no vão livre do MASP, depois ocuparam duas pistas da Av. Paulista e seguiram até o Tribunal Regional do Trabalho (TRT/SP), onde a atividade foi encerrada. Usando coletes, apitos e levando suas bandeiras de reivindicações os manifestantes chamaram a atenção da população.

O ato público expressa o crescimento das mobilizações em prol da campanha salarial unificada, que está em um momento decisivo. Para fortalecer o movimento nacional, servidores de diferentes órgãos deflagraram greves nos últimos dias e a expectativa é que surjam novas paralisações.

Na base do Sindsef-SP, estão em greve o Incra e o MTE. Os servidores do IPEN apontam o dia 4 de agosto para iniciar o movimento paredista.

Durante o ato, Ismael Souza, Secretário Geral do Sindsef-SP, criticou o ajuste fiscal da presidente Dilma e a política econômica cujo objetivo é manter os lucros dos banqueiros e empresários:

“Nestes últimos sete meses, todas as medidas do Governo Federal atacaram somente os direitos dos trabalhadores, foi assim com o seguro desemprego e o PIS. Está sendo assim com o veto ao PL dos servidores do judiciário. O governo ataca o direito dos servidores do executivo oferecendo um reajuste, que não repõem sequer a inflação e ignora as perdas acumuladas.”

O servidor do Incra e secretário de Imprensa do sindicato, José Paulo Perestrelo, denunciou os efeitos dessa política no órgão: “Com o corte no orçamento destinado ao Incra, os servidores são obrigados a se desdobrar para conseguir cumprir minimamente as necessidades das famílias acampadas e assentadas no estado de São Paulo. O governo federal não cumpre o compromisso com a reforma agrária, não cumpre seu compromisso com agricultura familiar e não cumpre seu compromisso com os trabalhadores rurais”.

A greve nacional dos SPFs deve continuar até a categoria conquistar suas principais reivindicações: fim dos acordos plurianuais, um índice que recupere as perdas salariais acumuladas, equiparação salarial entre ativos, aposentados e pensionistas e isonomia dos benefícios sociais pagos aos servidores dos Três Poderes.



Falta de estruturação da Funai e ameaça de retrocesso nas demarcações de terra indígenas

FUNAI

A situação dos servidores da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) não é diferente dos outros órgãos: a falta de estrutura, de recursos humanos e o sucateamento dificultam o trabalho dos servidores do órgão. No entanto um fator os deixam em situação mais delicada: A Funai é responsável pela demarcação de terras indígenas e esta prerrogativa esbarra nos interesses da bancada ruralista.

Por esta razão os servidores veem com muita preocupação a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215/2000, apelidada de PEC anti-indígena, que pretende transferir do governo federal para o Congresso a atribuição de demarcar Terras Indígenas, titular territórios quilombolas, criar parques e outras Unidades de Conservação. Além disso, prevê também a possibilidade de que essas áreas protegidas tenham sua criação e limites revistos, o que violaria direitos constitucionais e submeteria à insegurança jurídica medidas aprovadas pelo Estado brasileiro.

Na prática, se aprovada, a proposta vai significar a paralisação de-



Foto: grancursosonline.net

finitiva da oficialização dessas áreas protegidas, fundamentais para a garantia dos direitos de povos indígenas e tradicionais, a preservação de biomas ameaçados, como o Cerrado e a Amazônia, e a mitigação das mudanças climáticas.

Segundo dados Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os principais defensores dessa proposta tiveram suas

campanhas financiadas por doações de empresas ligadas ao agronegócio e à mineração, grandes interessadas em dificultar a formalização de novas áreas protegidas.

A servidora da Funai, Ivanilde Pereira, participou de uma conferência dos Povos Indígenas, na capital paulista, onde os índios se posicionaram contra essa PEC, apresenta-

ram levantamentos e colheram assinaturas nas aldeias mostrando que essa proposta é um ataque aos direitos já conquistados.

Ivanilde relatou a situação enfrentada pelos índios da Terra Indígena Araribá, que ficam espremidos em um espaço insuficiente e sem condições de explorar a terra para tirar seu sustento. Tal realidade os força a deixar as aldeias em busca de emprego e melhores condições de vida. “Mas o que encontram é muita exploração”, desabafou.

“Uma empresa que contrata indígenas para trabalhar com plantação e colheita de laranjas é campeã de exploração desse povo, eles sofrem acidentes de trabalho e não recebem atendimento médico, não fazem uso de equipamentos de segurança para lidar com inseticida, além disso a empresa joga veneno na plantação e contamina as aldeias que ficam no entorno”, relatou.

O Sindsef-SP está atento à esta situação e vai seguir fazendo as denúncias até que medidas cabíveis para solucionar o problema sejam tomadas.

IBAMA

Greve não está descartada

Os servidores da Área Ambiental têm realizado assembleias periódicas para avaliar as negociações da Campanha Salarial do funcionalismo e também debater as questões específicas.

Além de rejeitar o arrocho salarial proposto pelo governo, os servidores querem explicações sobre a pauta específica. “Até agora o Ministério do Meio Ambiente não cumpriu os acordos que foram firmados de reestruturação do plano de carreira”, criticou o delegado de base, Carlos Daniel.

Outro eixo de reivindicação da Área Ambiental é que os índices de reajustes de salários sejam aplicados na remuneração. “Este item é central para nossa categoria, qualquer



aumento que vier tem que ser na remuneração e não na gratificação”, defende.

Na última assembleia, realizada em 27/07, após amplo debate foi definido que eles irão acompanhar os desdobramentos do movimento nacional do setor. A decisão dos servidores de Brasília irá nortear outros estados, entre eles São Paulo e Rio de Janeiro.

IPEN

Servidores decidem intensificar e fortalecer a campanha salarial

Para quebrar a intransigência do governo federal, os servidores do IPEN decidiram fortalecer as mobilizações da Campanha Salarial Unificada. Neste sentido, aprovaram um indicativo de adesão à greve nacional dos SPFs em 04 de agosto. Eles também realizaram uma paralisação de 24 horas, no dia 29/07.

Representantes das entidades que compõem o Fórum da Carreira de C&T pediram apoio da secretaria executiva do MCTI (Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação), Emília Curi, junto a Secretaria de Relações do Trabalho do MPOG para abertura de mesa de negociação da pauta específica. Havia um indicativo de que estas reuniões setoriais seriam

retomadas, mas até o fechamento desta edição isto não aconteceu.

A Secretária acertou um calendário de reuniões para receber os representantes do Fórum de C&T e debater as questões ligadas ao MCTI. No dia 28/07, dirigentes da Assipen abordaram o problema do corte no orçamento, GEPR, hora extra, jornada de 6 horas, realização de concurso público, entre outro. A reunião também contou com a presença de outras associações ligadas a CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear).

O objetivo destes encontros é preparar um relatório para ser debatido com o Ministro Aldo Rebelo no dia 05/08.



MTE

Servidores Administrativos em greve por melhores condições de trabalho e por salários justos

A greve por tempo indeterminado dos servidores administrativos MTE/SP começou no dia 29/07. A paralisação se amplia por todo o estado, atingindo agências da capital, interior e litoral.

A deliberação expressa o profundo descontentamento da categoria após o governo federal manter a proposta de reajuste salarial de 21,3% parcelado em quatro anos, que sequer repõe a inflação do período.



A insatisfação com as condições de trabalho, o aumento da sobrecarga de serviços também estão entre os fatores que impulsionam o movimento. Recentemente, o Ministério divulgou a portaria que estabelece as metas para o próximo ciclo de avaliação de desempenho dos servidores administrativos. Mais uma vez, o governo estabelece metas inatingíveis, independente da capacidade dos servidores. A meta institucional representa cerca de 80% da gratificação de desempenho, ou seja, existe o risco real de redução salarial, pois a avaliação institucional vem diminuindo nos últimos anos.

A dirigente do Sindsef-SP e servidora do órgão, Isa Miranda, alerta para armadilha do governo “Uma maneira fácil de deixar a população contra nós é falar que a gente é incompetente, que a gente não bate meta. Se eles es-



Foto: Fábria Corrêa

tabelecem metas institucionais inatingíveis, não adianta o servidor se matar individualmente que não vai conseguir alcançar os números estipulados”.

“Somos chamados a lutar, a dizer não ao arrocho salarial e ao descaso do governo, juntar-nos aos demais servidores que já estão mobilizados e impor

uma derrota à proposta indecente do governo, que na prática é um ataque ao nosso direito de ter o mínimo de dignidade para sobreviver. A GREVE é a necessidade do momento e deve contar com a adesão de cada servidor”, defendeu o Secretário Geral do Sindsef-SP, Ismael Sousa.

INCRA

Greve do setor expõe falta de investimento na reforma Agrária e sucateamento do órgão

Servidores do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), no estado de São Paulo, estão em greve desde o dia 22/07.

O motivo é pressionar o Governo Federal a apresentar uma proposta salarial digna e a destinar recursos visando a valorização dos servidores e do serviço público federal. A luta específica também continua em debate: O plano “Novo Incra” e a construção

de uma pauta unificada para o Incra e o MDA tem sido tratado na Mesa Setorial Nacional Permanente do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MSNP/MDA).

Só este ano, o Incra e o MDA sofreram um corte orçamentário da ordem de 50%! Já para o mercado financeiro não falta dinheiro: em 2015 já foram pagos, em formas de juros, quase 150 bilhões de reais, mais de OITENTA VEZES o orçamento de Incra e MDA, que é de 1,8 bilhão de



Foto: Fábria Corrêa

Nº de famílias assentadas por ano, em mil
Governo Dilma detém a menor marca

Fonte: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/dilma-assentou-menos-familias-que-lula-e-fhc-mais-e-120-mil-dt-2018.html>

reais. O resultado é um órgão desestruturado, sem condições de trabalho e sem recursos até para o funcionamento de sua sede.

Os trabalhadores apontam as contradições entre o discurso e os reais gastos do governo Dilma com reforma agrária e agronegócio. Segundo dados do próprio Incra, o governo Dilma assentou apenas 107.354 famílias de 2011 a 2014. O menor índice dos últimos 20 anos! Ainda

demonstram, que o total de área incorporada para a reforma agrária no governo Dilma é bem menor que nos governos anteriores. Foram 2,9 milhões de hectares de terra em quatro anos, ou seja, apenas um terço da quantidade arrecadada no segundo governo FHC, até então com o pior índice. O governo libera quase SETE vezes mais recursos para o Agronegócio do que para a Agricultura Familiar. Essa situação tem que mudar!



25 DE JULHO

Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha



O 25 de julho é uma data importante para a luta da classe trabalhadora em conjunto, essa é uma data que internacionaliza a luta e resistência da mulher negra contra a opressão de gênero, o racismo e a exploração de classe. As mulheres representam hoje 51,1% da força de trabalho mundial. Na América Latina esse número aumenta, compõe 53,8% da força de trabalho. 70% dos pobres do mundo são mulheres.

No momento que toda a classe trabalhadora sofre os ataques e retiradas de direitos pelo governo Dilma, temos que dizer que as mulheres são as que mais sofrem com esses ataques. E por quê? Porque com as MPs 664 e 665 que afetará os beneficiados pela pensão por morte, 86,8% são mulheres; em relação aos beneficiados com o seguro-desemprego, elas são cerca de 35%. A implantação da PL 4330 vem para aumentar ainda mais esse

índice, pois são as mulheres negras as mais afetadas, elas são as maiores vítimas das terceirizações e do mercado informal, estão entre os maiores índices de desemprego, informalidade e rotatividade de serviço. Além disso, no ranque do desemprego as mulheres também são a maioria.

A combinação entre machismo e exploração faz das mulheres as principais dependentes das políticas públicas. O estudo do IPEA, “Dossiê Mulheres Negras”, revelou que as mulheres negras são a maior população que trabalha sem carteira assinada, portanto, com menos direitos, menores salários e menor possibilidade de organização sindical. O maior exemplo disso é a PEC das domésticas, pois enquanto o governo ataca direitos trabalhistas já conquistados, as empregadas domésticas sequer chegaram a ter esses direitos garantidos.

Após séculos de exploração, ainda há de forma intensa a erotização e apropriação do corpo da mulher negra, ou seja, machismo, que é combinado com a violência contra a mulher, refletindo dados assustadores e crescentes. No Brasil a cada 12 segundos uma mulher é estuprada. Mesmo reconhecendo o alto índice o Governo investiu apenas R\$ 0,26 (centavos) para cada mulher.

Fortalecer o 25 de julho é dá visibilidade a luta e a resistência, é contribuir na luta histórica das mulheres negras, é fortalecer a luta da classe trabalhadora que tem cor e tem gênero. Mulheres negras em marcha por nenhum direito a menos, rumo a greve geral! Basta de racismo! Basta de machismo! Basta de exploração!

*Artigo de Michelle Felix – Movimento Mulheres em Luta de Sergipe

DICA CULTURAL

**CORAL PAULISTANO
MARIO DE ANDRADE –
ENCONTROS COM A DANÇA**



No mês de agosto, o Coral Paulistano Mário de Andrade apresenta na Sala do Conservatório da Praça das Artes um encontro com o Flamenco, cujas origens remontam às culturas cigana e moura, sendo associado principalmente à região da Andaluzia, Espanha.

Originalmente, o flamenco consistia apenas de canto sem acompanhamento, mas depois começou a ser acompanhado por violão ou guitarra, sapateado, palmas e danças. Outros instrumentos, como o cajón e as castanholas também foram introduzidos.

Os dançarinos de flamenco, muitos deles, ciganos, tornaram-se uma das maiores atrações para o público dos famosos “cafés cantantes”. No programa deste encontro o grupo apresenta música espanhola de 1500 até os dias modernos, com a participação de bailarinos convidados.

**Direção artística – Martinho Lutero
Galati de Oliveira**

Data: 8 de agosto, sábado às 17h

Local: Praça das Artes – Sala do Conservatório

Outras Apresentações:

19/09 – Danças Latino Americana

17/10 – Gigas

21/11 – Maracatus e Afros

05/12 - Valsas

Endereço: Avenida São João, 281

Reunião do Espaço de Unidade de Ação

A CSP Conlutas e as demais entidades que compõem o ESPAÇO DE UNIDADE DE AÇÃO realizaram uma importante plenária no dia 30 de julho, no Sindicato dos Metroviários/SP. A reunião serviu como espaço de apoio às greves e mobilizações em curso e de organização da luta e resistência ao ajuste fiscal aplicado pelos governos das três esferas (federal, estaduais e municipais).

A CSP-Conlutas entende ser fundamental a intervenção organizada da classe trabalhadora na conjuntura, com o objetivo de enfrentar os ataques patronais e dos governos. Por esta razão, apresentou uma proposta de declaração ao encontro que

faz um chamado à construção de um campo de luta mais amplo, que se enfrente com o governo federal e também com a oposição burguesa, de direita, apresentando um programa de interesse dos trabalhadores e que se contraponha aos dois blocos políticos principais.

EIXOS DE LUTA APROVADOS:

- CONTRA O PPE (Plano de Proteção ao Emprego) - Nenhum direito a menos.
- Abaixo o ajuste fiscal dos governos Dilma, governadores e prefeitos e as investidas do Congresso contra os trabalhadores e o povo.
- Todo apoio às greves e mobilizações. Unificar as lutas e construir a greve geral.



Foto: Romerito Pontes

O encontro aprovou a realização de plenárias e encontros sindicais e populares, amplos nos estados, a fim de fazer essa discussão com as bases dos movimentos sociais, sindical e popular e, no mês de setembro, realizar um dia nacional unificado. Esse dia seria realizado com todos os setores dispostos a essa unidade, podendo ser um encontro ou uma marcha, ou ambos.